



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal
Assessoria Técnica do DSAP

Ofício Nº 175/2020 - PMDF/DSAP/ATJ

Brasília-DF, 20 de agosto de 2020.

Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral,

Ao tempo em que o cumprimento, venho por intermédio do presente solicitar prorrogação de prazo a fim de que este Departamento possa cumprir *in integrum* as determinações exaradas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, pelos motivos que adiante se seguem.

É cediço por Vossa Excelência, que após a confecção de minucioso Relatório de Auditoria em dezembro de 2018, pelo Tribunal de Contas do DF, resultou na decisão nº 2507/2019 e, posteriormente, na decisão nº 2356/2020, que ora se comenta.

Ao se analisar a decisão TCDF nº 2356/2020, percebe-se, de plano, que várias medidas administrativas ultrapassam as atribuições da Polícia Militar do Distrito Federal ou que não dependem exclusivamente desta Corporação. Como exemplo, cita-se a elaboração de plano de pagamento de passivos que se vincula diretamente ao orçamento previsto para a sua materialização. Ressalta-se que ainda nesta semana foi informado pela SUTES/SEC/GDF de que não existe qualquer possibilidade de suplementação do orçamento previsto para 2020, tendo em vista a inexistência de reserva orçamentária nos demais órgãos que compõem o FCDF.

Neste sentido, com a finalidade de confeccionar novo plano de pagamento de passivos, este Chefe designou Comissão para estudar a delimitação da assistência médica na PMDF, concedendo-se prazo de 40 dias, nos seguintes termos:

PORTARIA Nº 64 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições previstas que lhe confere o artigo 31 do Decreto Federal nº. 10.433, de 28 de julho de 2020 c/c a Portaria PMDF nº 727 de 15 outubro de 2010, que dispõe sobre as atribuições do chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal e dá outras providências.

RESOLVE:

Art 1º Nomear a Comissão composta pelos policiais militares abaixo relacionados para, sob a Presidência do primeiro, para elaborar regulamento com o rol de procedimentos e evento em saúde que possuem cobertura obrigatória para os beneficiários de sistema de saúde da PMDF, consoante art. 50, inciso IV, letra 'e' da Lei 7.289, de 18DEZ1984, bem como do art. 32 § 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.486 de 04JUL2002, **de forma a ajustar as despesas ao orçamento do ano de 2021 para a cobertura do plano de saúde da PMDF, bem como racionalizar os recursos de modo investi-lo no sistema próprio da Corporação (CMED e CO) e pagamentos de passivos:**

- TC QOPMSM Thiago de Sá Oliveira - Mat. 177.907/9;
- TC QOPMSM Ricardo Alexandre Fernandes Ferro - Mat. 177.909/5;
- 1º TEN QOPMSM Silvana Marques e Silva - Mat. 734.023/0; e
- 2º TEN QOPMSM Gustavo Barata Macedo - Mat. 734.067/2.

Art 2º O Presidente da Comissão poderá convidar pessoas, militares ou civis,

com conhecimentos técnicos sobre o tema, com a finalidade de colaborarem, voluntariamente, com os trabalhos da comissão.

Art 3° A Comissão deverá se reunir semanalmente, pelo menos três vezes na semana no Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal (DSAP).

Art 4° Solicitar aos chefes e diretores, que façam a liberação incontinenti dos policiais militares membros da comissão, nos retromencionados dias ou quando solicitados pelo Presidente.

Art 5° Estabelecer o prazo de 40 (quarenta) dias, "até o dia 27 de setembro de 2020" para a conclusão dos trabalhos, que poderá ser prorrogado mediante justificativa do Presidente.

Art 6° Determinar que, nos afastamentos legais do Presidente, o membro mais antigo ou no impedimento deste, o membro seguinte em antiguidade, responda pela elaboração do trabalho objeto da presente comissão, responsabilizando-se por todos os atos.

(...) (grifos não constantes no original)

Em rasas palavras, extraem-se da comissão supracitada que os propósitos do DSAP/PMDF consistem no fomento das atividades médicas nas instalações do Centro Médico e o pagamento de passivos com o resultante dos contratos que não serão renovados em 2021, pois, sabe-se e, como dito pela própria Corte de Contas, "as necessidades da saúde são muitas, mas os recursos são poucos".

Em continuação, outra atividade que se encontra em andamento é a cobrança das coparticipações em sua integralidade, limitada aos percentuais previstos na Lei nº 10486/02. Tratou-se de motivar a alteração da Portaria PMDF nº 973/2015, que passará a contar com novos dispositivos, consoante minuta encaminhada ao Comandante-Geral da PMDF (Parecer Técnico Jurídico 82 44989440), nos seguintes termos:

Art. 2° O artigo 26 da Portaria PMDF 973/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Haverá a cobrança integral, ainda que em mais de um exercício, das indenizações devidas pelos policiais militares e pensionistas pela assistência à saúde prestada aos seus dependentes, de acordo com a legislação vigente, tendo como limite uma remuneração por ano; (NR)

§ 4º Ocorrerá o desconto em folha, dos militares e pensionistas, das despesas indenizáveis de cada exercício financeiro, e esse não poderá ser superior a 12 parcelas, respeitando o mínimo de 20% (vinte por cento) do valor do soldo de soldado primeira classe; (NR)" (grifo não constante no original)

A referida minuta de alteração da Portaria encontra-se em análise no setor competente. Ademais, ressalta-se que foi confeccionada Circular nº 07 (45625821), que será divulgada amplamente no dia 21 de agosto de 2020, com o escopo de informar aos usuários da alteração na forma de pagamento das coparticipações, não se limitando a 01 (uma) remuneração, conforme abaixo:

Senhores Chefes, Diretores e Comandantes,

Ao tempo em que os cumprimento, venho por meio desta informar que a partir do dia **09 de junho de 2020** a Corporação recebeu oficialmente o processo nº 17793/2019 TCDF, contendo a decisão nº 1831/2020, que determina alteração **IMEDIATA** na forma de cobrança das coparticipações

referentes aos serviços prestados em favor dos dependentes da assistência médica.

Por se tratar de mudança de entendimento, a PMDF aplicará o disposto no artigo 2º, parágrafo único, inciso XIII da Lei Federal nº 9784/99, aplicada no Distrito Federal por força da Lei Distrital nº 2834/01, que prevê a sua implementação a partir da ciência inequívoca da Corporação, ou seja, o dia 09 de junho de 2020.

Com o novo entendimento, o titular da assistência médica custeará, mesmo que ultrapasse o exercício financeiro (1º de janeiro a 31 de dezembro), a integralidade dos débitos com a assistência dos dependentes até o atingimento dos percentuais contidos na Lei Federal 10.486/2002 (20%, 40% e 60%), dependendo do grupo em que estiver qualificado.

Em assim sendo, solicito que orientem Vossos comandados para que utilizem os serviços da assistência médica com parcimônia uma vez que, conforme apresentado, os débitos que ultrapassarem 01 (uma) remuneração serão, automaticamente, prorrogados para os anos seguintes, até que seja dada a sua quitação. Ademais, informo que a Polícia Militar do Distrito Federal utilizou-se de todos os recursos administrativos cabíveis, mas que não foram acatados pela Corte de Contas Local, cabendo, portanto, à Administração promover o pleno cumprimento da citada decisão.

Por fim, informo que o processo administrativo é público e encontra-se disponível no site: www.tc.df.gov.br (digitando na aba: processo 17793/2019).

Outro ponto de extrema importância, também constante na Decisão TCDF nº 2356/2020, é o que trata da cobrança pelo atendimento realizado aos dependentes no Centro Médico da PMDF. Ressaltam-se duas medidas: uma normativa (alteração da Portaria 973/15) e outra de ordem prática (à ser ajustada pelos Departamentos envolvidos - DSAP e DGP). A alteração foi encaminhada ao Setor responsável e consta da seguinte forma:

Art. 3º Acrescenta-se o artigo 29 – A que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 – A O titular pagará pela utilização dos serviços de saúde quando realizados pela própria Corporação, devendo os valores, após processamento pelo Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal (DSAP), serem encaminhados para o Departamento de Gestão de Pessoal (DGP) para desconto em folha do titular da assistência médica. (NR)

§1º Os valores cobrados pelo DSAP corresponderão àqueles pagos pela Corporação às credenciadas. (NR)

§2º O DSAP e DGP confeccionarão, no âmbito de suas competências, regulamentação quanto ao fluxo dos documentos e das informações a fim de estabelecer as atribuições internas de seus setores, proporcionando a segurança jurídica e transparência da gestão para os usuários da assistência médica. (NR)”

Percebe-se que são inúmeras providências para se operacionalizar tais cobranças, não bastando, apenas e tão somente, alterar as normas internas. Acrescenta-se que, como parte do plano de operacionalização, os militares e civis responsáveis pela emissão de guias no âmbito do CMED já estão habilitados para manusear o programa que emitirá as guias. Neste sentido, tão logo se consiga implementar o fluxo de guias do DSAP para o DGP, tendo como fase intermediária a análise da empresa de auditoria de contas, será incluído em folha para desconto.

Outra medida que vem sendo promovida pelo Departamento de saúde da PMDF é a **Criação do Núcleo Especializado de Oncologia - NEO**, vinculado a DPGC/DSAP, que tem como escopo

o controle dos procedimentos e recursos empregados na especialidade oncológica, responsável por grande percentual de gastos, conforme será demonstrado no documento definitivo, que será encaminhado à Vossa Excelência.

Por fim, e não menos importante, cabe mencionar a implementação de boas práticas, também apontado pelo TCDF naquela decisão. Trata-se de avaliação prévia dos procedimentos médicos não disponibilizados pela Corporação e que são passíveis de serem reembolsados pelos usuários. A regulamentação do procedimento foi encaminhado para análise e será amplamente divulgada, na forma de Instrução Normativa:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 , DE 21 DE JULHO DE 2020.

Estabelece os requisitos para ressarcimento dos valores gastos em saúde, decorrente da impossibilidade de realização do atendimento no âmbito da PMDF ou em rede credenciada, e dá outras providências.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL – DSAP/PMDF, no uso de suas atribuições regulamentares previstas no Art. 41 do Decreto Federal n. 7.165, de 29 de abril de 2010, combinado com o inciso XIX do Art. 1º da Portaria PMDF n. 727, de 15 de outubro de 2010 e,

Considerando o artigo 32 da Lei Federal nº 10.486, de 04 de julho de 2002, e o Decreto Distrital nº 31.646, de 06 de maio de 2010, que trata da assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao policial militar do Distrito Federal, seus dependentes legais e aos pensionistas;

Considerando a necessidade de regulamentar e formalizar os procedimentos para ressarcimento dos valores gastos em saúde, decorrente da impossibilidade de realização de atendimento pela PMDF, bem como o pagamento pelo atendimento de urgência com dispensa de licitação.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos para o ressarcimento dos valores gastos em saúde decorrente da impossibilidade de realização do atendimento, no âmbito da PMDF ou em rede credenciada, conforme regulamentado pela Portaria PMDF nº 788 de 06 de julho de 2012, e os procedimentos abaixo:

I - Os requerimentos deverão ser confeccionados no Sistema Eletrônico de Informação - SEI na Seção Administrativa da Unidade de origem dos Policiais Militares da ativa ou na Diretoria de Inativos Pensionistas e Civis - DIPC, para Policiais Militares inativos e pensionistas;

II - A Seção de Indenizações - SI, da Diretoria de Planejamento e Gestão de Contratos - DPGC, do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal - DSAP, receberá os requerimentos endereçados ao Diretor da DPGC/DSAP e verificará o pleno atendimento da documentação prevista na Portaria PMDF nº 788/2012, restituindo se estiver incompleto, com ofício de orientação para complementação da documentação, ou fará o encaminhamento requerimento para a empresa de auditoria de contas médicas.

Art. 2º Antes de realizar qualquer procedimento de saúde (médico ou odontológico), deve o usuário:

I – buscar informações na SAU/DAM a fim de verificar se a Corporação não fornece os procedimentos médicos desejados e solicitar documento comprobatório;

II – buscar informações na Diretoria de Assistência Odontológica – DAO/DSAP a fim de verificar se a Corporação não fornece os procedimentos odontológicos desejados e solicitar documento comprobatório.

§ 1º O documento comprobatório dos setores previstos no caput será entregue ao interessado, no momento da solicitação ou em data previamente marcada, pois deverá constar no processo de ressarcimento (anexo I);

§ 2º Cabe ao usuário titular da assistência médica da PMDF observar os procedimentos contidos na Portaria PMDF nº 788/2012 e nesta instrução normativa, inclusive elucidando eventuais dúvidas junto à Subseção de Indenizações da DGPC, sob pena de suportar os prejuízos decorrentes de sua inobservância.

Art. 3º O requerimento de ressarcimento por despesas custeadas com recursos próprios, de procedimentos não disponíveis no âmbito da Corporação ou em rede credenciada, deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I - Primeira via da nota fiscal sem rasuras e em nome do policial-militar ou pensionista, observando a data limite para emissão, contendo endereço, CPF, data de emissão, descrição do serviço prestado e seu respectivo valor;

II - Nota fiscal avulsa ou recibo para o caso de atendimento por profissional de saúde, pessoa física, contendo:

a) nome do policial-militar ou pensionista;

b) local e data de emissão e descrição do serviço prestado; e

c) CPF do profissional autônomo, assinatura e carimbo contendo o nome e a identificação junto ao órgão de classe.

III - Relatório do profissional assistente comprovando a execução do tratamento ou procedimento prestado;

IV - Conta analítica emitida pelo prestador do serviço discriminando os preços de serviços, materiais e taxas referentes aos serviços prestados, cópia de boletim anestésico, descrição de atos cirúrgicos e pedidos de exames complementares;

V - Declaração de dependência, fornecida pela Diretoria de Pessoal ou pela Subseção de Indenizações do DPGC, através do programa “CONCLIN ou GEPES PMDF”, quando o atendimento for realizado a dependente de policial militar ou pensionista comprovando o direito a assistência médica no âmbito da PMDF à época atendimento prestado;

Art. 4º Contendo o requerimento os documentos previstos no artigo anterior, bem como realizado o “check list” (anexo I), a Subseção de Indenização encaminhará o processo, pelo próprio SEI, para a empresa contratada de auditoria de contas médicas para análise e verificação de valores, em atendimento ao previsto na Portaria PMDF nº 788/2012.

Art. 5º Finalizada a auditoria pela empresa de contas médicas, o processo retornará para a Seção de Indenização, com a informação da possibilidade ou não para o reembolso, bem como os valores adequados às tabelas constantes na Portaria PMDF nº 788/2012, e a pertinência do procedimento prestado.

Parágrafo único. Em caso de indicação pela não possibilidade de reembolso, a Seção de Indenização tomará ciência dos motivos da negativa, sendo que toda a documentação será devolvida para a unidade de origem, para ciência do requerente.

Art. 6º Havendo amparo para o reembolso dos procedimentos de saúde, a Seção de Indenização, confeccionará ofício ao Diretor da DPGC/DSAP, informando que o processo encontra-se de acordo com a legislação, contendo os valores requeridos, glosados e o que será restituído ao interessado.

Art. 7º Recebido o processo, o Diretor da DPGC/DSAP expedirá despacho ao

Chefe do DSAP (Ordenador de despesas), informando que a Seção de Indenizações instruiu o processo de acordo com a regulamentação.

Art. 8º O Chefe do DSAP/PMDF, com base no Art. 32 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 31.646, de 06 de maio de 2010, e Portaria PMDF nº 788/2012 encaminhará Despacho ao Diretor da DEOF/DSAP, autorizando, expressamente, o pagamento e a liquidação dos valores auditados.

Art. 9º Realizado o pagamento pela DEOF/DSAP, o processo será restituído para a Seção de Indenização, que, após dar ciência ao requerente, promoverá o lançamento em planilha e o arquivamento do processo em bloco relativo ao ano do pagamento.

Art. 10 Os documentos expedidos pela SAU/DAM e DAO/DSAP, previstos no § 1º do artigo 2º, deverão conter, obrigatoriamente:

I – nome do requerente, matrícula e outros dados de qualificação,

II - data de solicitação;

III – especialidade solicitada;

IV – (in) existe atendimento na Corporação ou Credenciadas.

V – nome e assinatura do chefe da Seção responsável.

Art. 11 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário. (grifos não constantes no original)

Muitas outras atividades estão sendo promovidas pela Corporação e, mais especificamente, por este Departamento (adequação do Sistema Esculápio de Saúde, aprimoramento da equipe técnica de pregão, elaboração de cursos de especialização pós graduação, MBA em gestão Hospitalar e indústria farmacêutica pela FGV, auditoria nos processos de reconhecimento de dívidas, dentre outras medidas) para cumprir todas as determinações constantes na decisão TCDF nº 2356/2020, mas que demandam tempo, como cabalmente demonstrado.

Desta forma, este Chefe do DSAP/PMDF vem mui respeitosamente solicitar que sejam promovidas gestões administrativas, junto àquela Corte de Contas, para a concessão de prorrogação do prazo de resposta para a decisão TCDF nº 2356/2020, **em 30 (trinta) dias**, para a continuidade dos trabalhos de implementação dos tópicos que foram cumpridos parcialmente ou que (ainda) não foram cumpridos.

Em assim sendo, este Departamento encontra-se à disposição para outras informações.

Atenciosamente,

MARCELO RODRIGUES DIAS - CEL QOPM

Chefe do DSAP/PMDF em exercício

Exmo Senhor
JULIAN ROCHA PONTES - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMDF
Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO RODRIGUES DIAS - CEL QOPM, Matr.0050321-5, Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal**, em 20/08/2020, às 16:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **45682115** código CRC= **0891CF9B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAISO - Área Especial Nº 4, Estrada Setor Policial Militar - Asa Sul, Brasília/DF - Bairro ASA SUL - CEP 70.610-200 -
DF
3190 8057
Site: - www.pm.df.gov.br

00600-00003475/2020-31

Doc. SEI/GDF 45682115